

Inquérito Civil n. 06.2018.00004523-5

Partes: Ofício de Registro de Imóveis de São Joaquim/SC e herdeiros de Olympio Huguen de Liz e Maria Clemencia Nunes de Liz, representados pela inventariante Israelina de Fátima Souza

Objeto: Apurar a ausência da reserva legal nos imóveis de Matrículas n. 15.849, n. 15.850 e n. 15.851, registrados no Cartório de Registro de Imóveis de São Joaquim, de propriedade de Olympio Huguen de Liz e Maria Clemencia Nunes de Liz (já falecidos), os quais passaram a integrar o perímetro urbano de São Joaquim.

TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA

TAC N. 0002/2019/01PJ/SJA

Pelo presente instrumento, o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio do Promotor de Justiça Joel Zanelato, 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São Joaquim, sediada na Rua Domingos Martorano, 302, bairro Centro, Município de São Joaquim/SC, com atribuição para atuar na Defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE**, e **ISRAELINA DE FÁTIMA SOUZA**, inventariante do espólio de *Olympio Huguen de Liz e Maria Clemência Nunes de Liz*, brasileira, casada, aposentada, nascida em 21.4.1954, natural de São Joaquim/SC, filha de Maria Clemencia Nunes e Olímpio Huguen de Liz, portadora do RG n. 418.842/SC e do CPF n. 006.846.589-81, residente e domiciliada na Rua Luiz de Camões, n. 541, apto. 11, bairro Coral, Município de Lages/SC, CEP 88.523-000, telefone para contato n. (49) 99417729, acompanhada do Advogado João Leonardo de Souza (OAB/SC 32032_ denominada **COMPROMISSÁRIA**; diante das constatações e informações reunidas no **Inquérito Civil n. 06.2018.00004523-5**, nos termos dos artigos 25 e seguintes do Ato n. 395/2018/PGJ; do artigo 97 da Lei Complementar Estadual n. 738/19; e do artigo 5º, § 6º da Lei n. 7.347/85, têm entre si justo e

acertado o seguinte:

CONSIDERANDO que o Ministério Público, por disposição do artigo 129, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil, é o órgão encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do meio ambiente e de outros interesses difusos;

CONSIDERANDO a função socioambiental da propriedade prevista nos artigos 5º, inciso XXIII, 170, inciso VI, 182, § 2º, 186, inciso II, e 225, todos da Constituição da República;

CONSIDERANDO que o Direito de Propriedade (artigo 5º, inciso XXII) e o Direito ao Meio Ambiente ecologicamente equilibrado (artigo 225) são princípios Constitucionais que consubstanciam valores fundamentais da sociedade contemporânea;

CONSIDERANDO que o direito de propriedade será exercido com as limitações que a legislação estabelece, ficando os proprietários ou posseiros obrigados a respeitar as normas e regulamentos administrativos;

CONSIDERANDO que a Reserva Legal deve prestar as funções ecossistêmicas de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa;

CONSIDERANDO que o Instituto de Reserva Legal constitui-se em área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como

o abrigo e a proteção da fauna silvestre e da flora nativa, conforme preceitua o artigo 3º, inciso III, da Lei n. 12.651/2012;

CONSIDERANDO que está se firmando na doutrina brasileira, em relação aos direitos fundamentais ambientais, o princípio da vedação ao retrocesso, o qual seria um preceito constitucional implícito, em nome da garantia constitucional dos direitos adquiridos, do princípio constitucional de segurança jurídica, do princípio da dignidade da pessoa humana e em nome do princípio de efetividade máxima dos direitos fundamentais, nos termos do artigo 5º, § 1º, da Constituição da República Federativa do Brasil;

CONSIDERANDO que a introdução do artigo 67, da Lei n. 12.651/12, no ordenamento jurídico pátrio implica um retrocesso em matéria ambiental, ao dar proteção menor à Reserva Legal do que aquela conferida pelo Código Florestal anterior (Lei n. 4.771/65), prevendo hipóteses de percentuais inferiores para imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 (quatro) módulos fiscais;

CONSIDERANDO que o referido artigo 67 da Lei n. 12.651/12 infringe o direito adquirido ao meio ambiente ecologicamente equilibrado disposto na Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 5º, inciso XXXVI c/c o artigo 225) e viola o princípio implícito da vedação ao retrocesso dos direitos fundamentais, pois o direito ao meio ambiente sadio, ecologicamente equilibrado, foi alçado à condição de direito humano de terceira geração no plano internacional e, portanto, não se admite o retrocesso;

CONSIDERANDO que *"a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: [...] integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais, tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município e do território sob sua área de*

influência" (artigo 2º, inciso VII, do Estatuto das Cidades);

CONSIDERANDO que a inserção do imóvel rural em perímetro urbano definido mediante lei municipal não desobriga o proprietário ou posseiro da manutenção da área de Reserva Legal, que só será extinta concomitantemente ao registro do parcelamento do solo para fins urbanos aprovado segundo a legislação específica e consoante as diretrizes do plano diretor de que trata o § 1º do artigo 182 da Constituição da República Federativa do Brasil (artigo 19 da Lei n. 12.651/2012);

CONSIDERANDO que *"enquanto não aprovado e registrado o parcelamento para fins urbanos, o proprietário, posseiro ou ocupante continuam obrigados à manutenção de área a título de reserva legal"* (PEREIRA, Marcio Silva; D'Oliveira, Rafael Lima Daudt. *In*: Novo Código Florestal: comentários à Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012 e à MedProv 571, de 25 de maio de 2012. Coord. Édis Milaré, Paulo Affonso Leme Machado. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012, p. 256);

CONSIDERANDO que a extinção da reserva legal decorrente da inserção do imóvel rural em perímetro urbano de que trata o artigo 19 da Lei n. 12.651/2012 refere-se à incompatibilidade deste instituto à zona urbana, motivo porque haverá a extinção jurídica da reserva legal, para posterior transmutação da vegetação remanescente em área verde, em sua totalidade;

CONSIDERANDO que *"a averbação da transformação de imóvel rural em urbano sem a prévia especialização da reserva legal deverá ser comunicada ao Ministério Público"*, de acordo com o artigo 691 do Código de Normas da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, o que obriga o proprietário, mesmo nessa hipótese, a garantir a existência fática da reserva legal;

CONSIDERANDO que quando o imóvel rural tiver seu perímetro localizado em zona urbana com destinação rural, a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR deverá ser feita regularmente pelo proprietário ou possuidor rural, considerando os índices de Reserva Legal previstos no artigo 12 da Lei n. 12.651, de 2012 (Instrução Normativa n. 02/MMA, de 6 de maio de 2014);

CONSIDERANDO que deverá haver o aproveitamento do espaço constituído de reserva como área verde na hipótese de sua inserção em área urbana ou de expansão urbana;

CONSIDERANDO que a legislação atual prevê a inscrição da área de reserva legal no CAR, conforme se extrai da redação do § 4º do artigo 18 da Lei n. 12.651/2012, e que se encontra implementado no Estado de Santa Catarina o Cadastro Ambiental Rural (CAR);

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça, o Inquérito Civil n. 06.2018.00004523-5 instaurado com o objetivo de *"apurar a ausência da reserva legal nos imóveis de Matrículas n. 15.849, n. 15.850 e n. 15.851, registrados no Cartório de Registro de Imóveis de São Joaquim, de propriedade de Olympio Huguen de Liz e Maria Clemencia Nunes de Liz (já falecidos), os quais passaram a integrar o perímetro urbano de São Joaquim"*;

CONSIDERANDO que incumbe ao inventariante, enquanto não encerrado o inventário, representar o espólio extra e judicialmente, nos termos dos artigos 75, inciso VII, e 618, inciso I, ambos do Código de Processo Civil;

CONSIDERANDO, por fim, que o espólio de *Olympio HUGen de Liz e Maria Clemencia Nunes de Liz* é representado pela filha destes, **ISRAELINA DE FÁTIMA NUNES**,

RESOLVEM CELEBRAR o presente **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, com fundamento no artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85 e no artigo 97 da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público (Lei Complementar n. 738/2019), mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto

Este Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta tem como objetivo a especialização da reserva legal nos imóveis matriculados sob os ns. 15.849, 15.850 e 15.851, registrados no Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim/SC, mediante inscrição no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, tendo em vista que referidos imóveis situavam-se em área rural e passaram a pertencer ao perímetro urbano de São Joaquim/SC, posteriormente à lei n. 7.803/89.

CLÁUSULA SEGUNDA – Das obrigações

A **COMPROMISSÁRIA** compromete-se na obrigação de fazer consistente em, no prazo de 6 (seis) meses contados da assinatura do presente, proceder a inscrição no Cadastro Ambiental Rural – CAR dos imóveis matriculados sob os ns. 15.849, 15.850 e 15.851, registrados no Registro de Imóveis da Comarca de São Joaquim/SC, na forma do artigo 29 da Lei n. 12.651/2012, incluindo o registro da área de reserva legal (georeferenciada), conforme disposto no artigo 18 da Lei n. 12.651/2012, no percentual de 20 % (vinte por cento), nos termos do artigo 12 da Lei n. 12.651/2012, submetendo-se à homologação da inscrição no SICAR pelo

Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina – IMA, para fins de análise dos dados, conforme dispõe o artigo 41 da Instrução Normativa Conjunta SDS/SAR n. 01/2014;

Item 1: Em não havendo área de mata nativa nos imóveis, a reserva legal poderá ser compensada em outra área, desde que na mesma microbacia hidrográfica, nos termos do artigo 66, inciso III, da Lei n. 12.651/12 c/c artigo 17 da Lei n. 11.428/2006.

Item 2: No prazo de 5 (cinco) contados após a inscrição do imóvel no Cadastro Ambiental Rural – CAR, com o devido registro da reserva legal, a **COMPROMISSÁRIA** apresentará no Cartório de Registro de Imóveis o recibo do Cadastro Ambiental Rural – CAR, além da cópia do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, e solicitará à Oficial Registradora que inclua na matrícula do imóvel a informação de que está devidamente inscrito no CAR;

Item 3: No prazo de 5 (cinco) dias após a apresentação do recibo perante o Cartório de Registro de Imóveis, a **COMPROMISSÁRIA** comprometem-se em comprovar o cumprimento das obrigações mediante a remessa a esta Promotoria de Justiça da certidão do Cadastro Ambiental Rural - CAR, e dos protocolos no Cartório de Registro de Imóveis de São Joaquim e no Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina;

Item 4: Decorridos 5 (cinco) dias após averbação da transformação do imóvel rural em urbano, com a devida inclusão nas matrículas de que os imóveis e a reserva legal estão cadastrados no CAR, a **COMPROMISSÁRIA** remeterão a Promotoria de Justiça certidão atualizada da matrícula do imóvel.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da multa em caso de descumprimento

Item 1. O descumprimento ou violação de qualquer dos compromissos assumidos implicará em multa, a ser revertida em prol do Fundo de Reconstituição dos Bens Lesados do Estado de Santa Catarina (Conta Corrente n. 63.000-4, Agência 3582-3/Banco do Brasil), o descumprimento ou violação dos compromissos firmados no presente, exigível esta enquanto durar a violação, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial, desde o dia de cada prática infracional até efetivo desembolso. O valor da multa incidirá independentemente sobre cada uma das cláusulas descumpridas e será de R\$ 200,00 (duzentos reais) por dia de descumprimento;

Item 2. O não cumprimento do ajustado nos itens anteriores implicará no pagamento da multa referida nesta cláusula, bem como na execução judicial das obrigações assumidas;

Item 3. As multas acima estipuladas serão exigidas independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, estando a **COMPROMISSÁRIA** constituído em mora com a simples ocorrência do evento.

CLÁUSULA QUARTA – Da fiscalização do TAC

A fiscalização das cláusulas do presente compromisso de ajustamento de conduta será realizada pelo Ministério Público, quando esgotados os prazos anteriormente previstos ou quando se fizer necessário, o qual poderá se valer do auxílio dos órgãos ambientais e polícia militar ambiental, por meio de vistorias.

CLÁUSULA QUINTA – Das justificativas

Considerar-se-á como justificativa ao descumprimento das cláusulas ajustadas a ocorrência de caso fortuito ou força maior, que deverá ser formalmente relatado, justificado e comprovado.

CLÁUSULA SEXTA – Da possibilidade de aditamento

As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

CLÁUSULA SÉTIMA – Da postura do Ministério Público

O Ministério Público do Estado de Santa Catarina compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor da **COMPROMISSÁRIA**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como a fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta – TAC, inclusive, procedendo eventual execução, caso haja necessidade.

CLÁUSULA OITAVA – Da abrangência do compromisso

Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão ou entidade fiscalizatória, nem limita ou impede o exercício, por eles, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

CLÁUSULA NONA – Da vigência

O presente Termo entrará em vigor a partir da data de sua celebração e terá prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do foro competente

As partes elegem o foro da Comarca de São Joaquim/SC para dirimir controvérsias decorrentes do presente TAC.

**CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA – Da formação do título executivo
extrajudicial**

Este acordo tem eficácia de título executivo extrajudicial, na forma do artigo 5º, § 6º, da Lei n. 7.347/85, sendo que o arquivamento do Inquérito Civil n. 06.2018.00004523-5 será submetido à homologação pelo Conselho Superior do Ministério Público, conforme determinado pelo artigo 9º, § 3º, da Lei n. 7.347/85.

DO ARQUIVAMENTO

Diante da celebração do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta, o Ministério Público arquivou o Inquérito Civil n. **06.2018.00004523-5** e comunica o arquivamento, neste ato, ao **COMPROMISSÁRIA**, cientificando-a que caso não concorde com o arquivamento efetuado, poderá apresentar razões escritas ou documentos para apreciação do Conselho Superior do Ministério Público até a sessão de julgamento, conforme estabelecido pelo artigo 27 do Ato n. 335/2014/PGJ.

São Joaquim-SC, 17/12/2019.

Joel Zanelato

Promotor de Justiça

(Assinatura eletrônica – Lei n. 11.419/2006, art. 1º, § 2º, III, "a")

Israelina de Fátima Souza

Compromissária

João Leonardo de Souza

Advogado OAB/SC n. 32032